

Educação no palanque

ANTONIO LUIZ MENDES DE ALMEIDA

03 SET 1994
JORNAL DE BRASÍLIA

Na busca desesperada do voto do eleitor incauto, os candidatos, como sempre, garantem um tratamento preferencial à educação e ao reconhecimento da importância do magistério. Mas os pretendentes aos cargos públicos abusam de nossa paciência e falam sempre nos temas, como se deles tivessem conhecimento. Não entendem do assunto, não possuem qualquer noção da realidade educacional e do que é preciso fazer para redimi-la. Apegam-se a construções que apenas favorecem aos empreiteiros e prometem salários aos professores, o que jamais concretizam. Eles falam enquanto a rede oficial está arruinada, as greves grassam, a evasão é grande. Aí nos lembramos de que os que hoje exercem o poder também fizeram as mesmas afirmações, usaram slogans iguais e confirmamos que tudo não passa de vocábulos enfeitados e mentirosos. Alcançado o posto, sofrem de amnésia. São apenas palavras de palanque que nunca se efetivam.

Nenhum deles tem competência para resolver a questão veterana. O nosso ensino vive de um modelo importado e imposto sem qualquer consulta às nossas necessidades e exigências. Deliberou-se, nos gabinetes refrigerados, ocupados por sazonais personagens, que seria assim e passamos a ter primário, admissão (abolido pela Lei nº 5.692/71), segundo grau, faculdade, com algumas modificações de nomenclatura (propedêutico, preparatório, clássico, por exemplo) e de carga horária (quatro, quatro e três anos; cinco, quatro, dois; oito e três) redundando, hoje, no primeiro e segundo ciclos (ou graus) em 11 anos. Este investimento, se não for aplicado numa escola profissionalizante, apenas habilitará o "feliz" conluíte a prestar um vestibular e arrumar um dos títulos ou diplomas encontrados no ensino superior. E aí, é de se indagar para que serve a educação ou decupando a pergunta inicial e especificando: Para que serve o primário? Certamente deveria ser para dar embasamento fundamental, ensinar a ler, escrever, contar, preparar para uma vida em comunidade com todas as suas injustiças, incertezas, perseguições, traumas e temores. Havia uma obrigatoriedade de quatro anos depois ufanamente ampliada para oito, embora os números demonstrassem gritantemente que um percentual muito elevado dos que ingressam não ultrapassa a barreira da primeira série.

O fato desdobra ilações: a reprovação ou desistência revelam ao observador mais atento que a escola oficial de primeiro grau não está preparada para acolher um contingente saído da pobreza, sem condições normais de alimentação e habitação, desassistidos pelos pais analfabetos, criados na "lei do mais forte" e arredios por natureza à convivência social. Como as nossas escolas públicas foram montadas para atender a um segmento de clientela não miserável, só lhes resta o recurso abjeto ou só há uma consequência: repelir este aluno, alijá-lo, rotulá-lo de "débil", porque ele exige muito mais dedicação, acompanhamento psicológico, assistência social, atenção redobrada. Para este trabalho, para este esforço duplicado não há estrutura nem pessoal qualificado nos quadros do magistério oficial, ocasionando a situação lamentável e provocando o desperdício de verbas preciosas. O problema ganha novos contornos se analisado o ensino nas

zonas rurais, no interior. Qual seria o currículo conveniente para este tipo de escola? Preliminarmente, há que se considerar que o ano letivo deve se adequar às épocas do plantio e da colheita, porque o menor faz parte da força de trabalho da família, e, após, reavaliar os conteúdos programáticos, solucionando a dúvida: Preparar o garoto para sair do campo, instrumentando-o de alguma maneira a enfrentar a cidade, mantendo o mesmo currículo urbano que, talvez, ele não entenda ou proporcionar-lhe um ensino condizente com seu meio, procurando fixá-lo à terra e à atividade agrícola produtiva e indispensável? Claro que este objetivo pressupõe a existência de possibilidades e condições econômicas suficientes para, ao menos, suscitar a opção entre ficar ou buscar as "luzes e a fortuna" na metrópole sedutora. Até o momento, como sabido, não se solucionou o impasse que perdura por mais de 20 anos.

O ensino de segundo grau, por seu turno, o rejeitado e complexado "filho do meio", executa a tarefa intermediária de ser trampolim para a universidade, a não ser, repita-se, que se destaque a profissionalização, tentada em 1971, mas apunhalada pelo conservadorismo e pela inércia. Nesta fase, o estudante cumpre outro e entediado rito, seguindo currículos envelhecidos e desnecessários, obedecendo a uma rotina mofada que lhe corta a criatividade, rouba-lhe a espontaneidade, na sequência enfadonha de três séries a desembocarem no vestibular, que crucifica suas esperanças ou lhe dá um ilusório atestado de capacidade. Chega-se ao ensino superior, massificado, e, por isso, sem um mínimo de qualidade. O aluno, condicionado pelos baixos padrões anteriores, preocupa-se, tão-somente, em conseguir, enfim, o diploma que pensa, ingenuamente, lhe abrirá as portas de uma carreira vitoriosa. Triste expectativa que se desvanece nos primeiros embates, quando constata o divórcio entre a teoria estática e ultrapassada e a prática dinâmica ou, bem antes da formatura, quando vê que não era essa a sua vocação ou quando se decepciona com a postura de seus mestres. A universidade, então, fora as exceções de praxe, é um repositório de frustrações, um desaguiçador de vaidades, um símbolo arcaico de ineficiência. Alunos querendo diploma de qualquer jeito, professores desinteressados ou incapazes, firmando com os discentes acordos tácitos de não se aborrecerem mutuamente, direções enfatuadas, desconhecendo o seu papel, formam o mosaico de negras cores de nosso ensino dito superior.

Assim, qual é a meta da educação? É possível continuar a manter este estado de coisas errado, esta farsa que nada resolve e, tão-somente, sustenta aparências e serve a finalidades mesquinhas? É razoável aprisionar a educação a esquemas obsoletos, em nome da indolência ou da incompetência para inovar? A quem interessa que a educação permaneça a reboque de decisões, seja palco de cabotinos e tumulto dos anseios? A resposta é óbvia: se houver uma educação de qualidade o eleitor não mais será ingênuo ou se deixará seduzir pelos falsos acenos dos candidatos despreparados e suas cantilenas enganosas.

■ Antônio Luiz Mendes de Almeida é vice-diretor das Faculdades Cândido Mendes